ÍNDICE

Nota inicial	
I. NOÇÕES PRELIMINARES DO DIREITO DA FAMÍLIA	9
 Objeto do Direito da Família: Delimitação conceptual de família A mediação familiar como agregadora de consensos e forma privileg de endereçar conflitos no âmago familiar	iada 14 16 5 24 25 32 34 34
II. DIREITO DA FILIAÇÃO	35
 Princípios norteadores do Direito da Filiação O período legal de conceção Abertura às possibilidades científicas Estabelecimento da maternidade por indicação ou declaração 	38 39 44
4.1. Estabelecimento da maternidade por indicação ou deciaração	43

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO DA FAMÍLIA E DAS CRIANÇAS

•

	4.2. Averiguação oficiosa da maternidade — remissão	49 50
5.	Estabelecimento da paternidade	54
	5.1. Presunção "pater is est"	55
	5.1.1. Cessação da presunção de paternidade	57
	 i. Filhos concebidos antes do casamento: ii. Filhos concebidos na constância do matrimónio, mas depois de finda 	58
	a coabitação dos cônjugesiii. Declaração feita pela mulher casada que o filho não é do marido	58 60
	5.1.2. Conflito de presunções de paternidade5.1.3. Impugnação da paternidade presumida	60 61
	 i. Impugnação da paternidade de filho concebido na constância do casamento ii. Impugnação da paternidade de filho concebido antes do casamento iii. Impugnação da paternidade nas ações de investigação da materni- 	61 64
	dade — remissão	65 65
	5.2. Reconhecimento voluntário da paternidade — Perfilhação	65
	5.2.1. Impugnação da perfilhação	70
	5.3. Averiguação oficiosa da paternidade5.4. Reconhecimento judicial da paternidade — a ação de investigação	72 75
	5.4.1. Presunções de paternidade do art. 1871.º	76
	i. Posse de estado	76 77 78 78 78
	5.4.2. Problemática do prazo	79
5.	Adoção	82
	6.1. Noção do instituto e o princípio do superior interesse da criança	82

ÍNDICE

•

6.2. Modalidades e requisitos	
7. Apadrinhamento civil8. A procriação medicamente assistida9. Responsabilidades Parentais	101
9.1. Conteúdo das responsabilidades parentais9.2. Exercício das Responsabilidades Parentais	
10. Lei de Proteção de Crianças e Jovens em perigo e a Lei Tutelar Ectiva — breve caracterização	
10.1. Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo	
11. Audição da criança	133
III. DIREITO CONJUGAL E CONVIVENCIAL	139
Noção de casamento civil Sistemas matrimoniais Promessa de casamento — notas breves Impedimentos matrimoniais	140 142
4.1. Impedimentos dirimentes	146
4.1.1. Impedimentos dirimentes absolutos	
4.2. Impedimentos impedientes	150
5. Efeitos do casamento	153
5.1. Efeitos Pessoais	153
5.1.1. Deveres conjugais	155
i. Dever de respeitoii. Dever de fidelidadeiii. Dever de coabitação	156

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO DA FAMÍLIA E DAS CRIANÇAS

•

iv. Dever de cooperaçãov. Dever de assistência	159 159
5.1.2. Efeitos quanto ao nome e à nacionalidade	161
5.2. Efeitos Patrimoniais	165
5.2.1. Convenções antenupciais5.2.2. Regimes de Bens5.2.3. Regime da comunhão de adquiridos	165 170 172
5.2.3.1. Distinção entre bens próprios e bens comuns — análise de alguns preceitos legais	174
 5.2.4. Regime da comunhão geral 5.2.5. Regime da separação de bens 5.2.6. Administração dos bens dos cônjuges 5.2.7. Ilegitimidades conjugais 5.2.8. Responsabilidade por dívidas dos cônjuges 	186 186 187 193 200
5.2.8.1. Dívidas da responsabilidade de ambos os cônjuges5.2.8.2. Dívidas da exclusiva responsabilidade de um dos cônjuges5.2.8.3. Compensações devidas pelo pagamento de dívidas do casal	200 206 209
6. Inexistência, anulabilidade e eficácia putativa do casamento (referência sucinta)	209 211
7.1. Simples separação judicial de bens7.2. Separação de pessoas e bens	212 214
8. Divórcio	217
8.1. Modalidades de divórcio	218
8.1.1. Divórcio por mútuo consentimento	219 221
8.2. Efeitos do divórcio	225
9. União de Facto	232
9.1. Impedimentos	235

ÍNDICE

9.2. Prova	236
9.3. Efeitos	237
9.4. Cessação da união de facto	241
10. Economia Comum	244
10.1. Efeitos	245
Índice	249



www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt